

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
Curso de Psicologia

MARIANA DE MATTOS BARATOJO

**A INSERÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRANSGÊNEROS NA ESCOLA**

SÃO PAULO

2021

MARIANA DE MATTOS BARATOJO

**A INSERÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRANSGÊNEROS NA ESCOLA**

Estudo realizado como trabalho de
conclusão de curso em Psicologia da
Faculdade de Ciências Humanas e da
Saúde da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Prof. José Agnaldo
Gomes

SÃO PAULO

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e que conseguiram, mesmos nos momentos difíceis, me proporcionar um dos melhores ensinamentos do país. À minha irmã que sempre acreditou em mim e me ajudou nesse caminho. Minha família tem meu eterno agradecimento e amor.

Imensa gratidão ao meu orientador e professor José Agnaldo Gomes, por todo apoio, compreensão e paciência. Sem ele, esse Trabalho teria sido muito mais difícil.

Obrigada Vera Lucia Ferreira Mendes por aceitar ser minha parecerista e por ter sido uma inspiração durante a minha graduação.

E meu agradecimento a todas as diversas pessoas que cruzaram meu caminho e me ajudaram. Minha família e amigos são tudo para mim.

Área de conhecimento: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Título: A inserção social de crianças e adolescentes transgêneros na escola

Orientando: Mariana de Mattos Baratojo

Orientador: José Agnaldo Gomes

Ano: 2021

RESUMO

Esta pesquisa visa entender o papel da escola no acolhimento institucional das crianças e adolescentes transgêneros, partindo da seguinte pergunta: como se dá a inserção social de crianças e adolescentes transgêneros na escola? Para isso, foram levantadas referências da psicologia sobre o tema e material disponibilizado pelo curso “VII Curso de Atualização em Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual”, do AMTIGOS. A pesquisa evidenciou ainda mais como a população transgênero é, propositalmente, excluída da sociedade e como há um intenso sofrimento psicológico decorrente do preconceito e violência vividos, sofrimento esse que poderia ser drasticamente diminuído se as instituições escolares tivessem educação de gênero e sexual, além de preparo educacional para lidar com o tema e preconceito. O papel da escola e da família ainda é uma questão polêmica para muitos e é discutida neste Trabalho, levando em consideração dados e pesquisas. A visibilidade das crianças e adolescentes transgêneros é de grande importância e ainda apresenta diversas barreiras decorrentes do preconceito.

palavras-chave: transexuais; transgênero; crianças; adolescente; escola; inserção social; gênero.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA	15
DISFORIA DE GÊNERO E A ESCOLA.....	15
ESCOLA SEM PARTIDO	19
SOFRIMENTO PSICOLÓGICO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO.....	21
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	32
DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	38

APRESENTAÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso discute, em uma perspectiva crítica, a inserção social de crianças e adolescentes transgêneros na escola. As razões da escolha deste tema decorrem da importância de militância e intenção de ampliar a bibliografia na psicologia sobre a questão. O tema transexualidade ainda é pouco discutido e quando feito tem foco na fase adulta. Esse Trabalho tem como objetivo dar atenção para as crianças e adolescentes transgêneros que ainda são escondidos da sociedade brasileira, além de mostrar o papel que as instituições escolares deveriam exercer para diminuir o preconceito e fazer essas pessoas se sentirem seguras, aceitas e terem seus direitos garantidos. A ideia do tema veio após uma experiência de observação de triagem em um ambulatório de crianças e adolescentes transexuais.

INTRODUÇÃO

Todos os anos, no dia 17 de maio, o mundo celebra o Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia. Nessa data, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu “homossexualidade” da Classificação Internacional de Doenças (CID). Desde então, esse dia se tornou um símbolo da luta de pessoas LGBT pelos direitos humanos, pela diversidade sexual, contra o preconceito e a discriminação, e contra todas as formas de violência contra lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. No Brasil, essa data faz parte do calendário oficial desde 2010.

Conforme Kennedy (2010, p.22), sobre a discussão do tema, *“trata-se de ocultação, supressão, estigmatização, medo, isolamento, dúvida e repressão. Mostra como crianças trans existem no mundo real e como esta experiência pode afetar suas vidas quando adultos”*.

Com a falta de instrução e representatividade, a criança transexual *“percebe a si mesma como a única pessoa transgênero do mundo”* (KENNEDY, 2010, p.31). Segundo a pesquisadora, a aquisição de vocabulário relacionado ao termo transgênero é um momento importante de identificação e reconhecimento, para uma criança trans, de que existem outras pessoas que partilham da mesma situação, de que existe uma categoria. A representatividade LGBT tem ganhado espaço nos campos de discussões e entretenimento, cada vez mais histórias e pessoas transgênero ficam conhecidas e aparecem nas mídias, mas essa categoria de gênero foi considerada por muito tempo um distúrbio e ficou invisível para a sociedade (cf. KENNEDY, 2010).

A mídia tem dado visibilidade para situações que ocorrem na vida de muitas crianças trans, ao mesmo tempo que é um dos principais canais de comunicação que dissemina intensamente os padrões heteronormativos do que é ser menino ou menina. Um exemplo dos diversos marcadores que a cultura heteronormativa atribui ao gênero é a cor das roupas, que é reforçado de forma preocupante quando a atual (2021) Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, diz *“É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”*¹. Como ministra, sua fala

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

representa o projeto de governo que pode gerar uma postura semelhante na sociedade. As escolas, em sua maioria, continuam sendo palco de violência e vigilantes das normas hegemônicas de gênero, corpo e sexualidade, sendo, portanto, um ambiente não acolhedor para crianças com gênero “variante”. A questão transgênero se insere em uma sociedade com projetos em disputa, em que prevalece a hegemonia do pensamento heteronormativo, sobre esse aspecto recuperamos Kennedy (2010).

Em seu artigo, Kennedy (2010) explicita brilhantemente o que significa ser uma pessoa cuja identidade de gênero e/ou orientação sexual está em conflito com as normas hegemônicas vigentes:

Os sujeitos em conflito com as normas de gênero são marcados por estigmas que os constituem como um grupo de *outsiders*, isto é, aqueles que podem provocar repulsa, nojo, ódio, enfim, são considerados como portadores das piores características eleitas em determinados contextos sociais e históricos. Desse modo são postos em ação os dispositivos da heteronormatividade, entre os quais a homofobia que pode ser apresentada como discriminação afetiva, intelectual e política por lógicas heterossexistas [...] que atingem preferencialmente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); a homofobia pode prejudicar não somente seus alvos, mas aqueles/as que deles se aproximam como familiares e amigos [...]. Desse modo os *outsiders* se tornam passíveis do rechaço dos demais, chegando à privação de direitos e mesmo dos afetos nas dinâmicas relacionais entre sujeitos. (KENNEDY, 2010, p.43)

Portanto, pesquisas que busquem compreender como se dá o processo de constituição das identidades de gênero não-normativas desde a infância, especialmente no contexto escolar, são fundamentais e podem contribuir para uma transformação futura no entendimento que a sociedade tem em relação ao tema e, conseqüentemente, para o combate ao preconceito e às violências contras pessoas transexuais.

Assim, entender como a relação ensino-aprendizagem no contexto escolar contribui para o acolhimento das crianças transexuais, bem como para vencer as barreiras do preconceito contra elas, é tarefa que se faz necessária e urgente. Em sua dissertação de mestrado denominada “Uma criança como outra qualquer? A criança transexual em diálogo com a Teoria *Queer*”, SILVA (2019) defende a pedagogia *queer*, que, segundo ela, apresenta um novo campo teórico fundamental

sobre os aspectos da educação, gênero e sexualidade. Reconhecer a necessidade de um novo método é um grande desafio da atualidade, pois requer entender as barreiras sociais e preconceituosas que existem sobre sexo e gênero.

A importância das questões que envolvem a sexualidade e a identificação de gênero serão discutidas neste trabalho no sentido de entender como elas devem ocorrer junto às instituições de ensino e aos seus professores e funcionários. A ideia defendida neste projeto de pesquisa é aquela que salienta que, as práticas pedagógicas devem seguir os princípios da liberdade e do respeito pelas diferenças e pelos diferentes.

Visando propiciar uma familiaridade com termos comumente utilizados na literatura que trata de temas relacionados às sexualidades e aos gêneros não-normativos, alguns deles são apresentados a seguir.

O termo "*queer*" tem origem na língua inglesa e guarda significado depreciativo para o indivíduo, podendo ser traduzido para o português falado no Brasil por palavras como estranho, esquisito, excêntrico, entre outras. Segundo Jesus em "Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos" (2012, p.16), se trata de um "*termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero*".

Esse termo também aparece em um campo de estudos centrado no gênero e na sexualidade que tem origem na década de 1990: os estudos *queer*. Popularmente conhecido como "teoria *queer*", se concentra nas críticas à ideologia heteronormativa. A normatividade heterossexual representa uma ideia de que a heterossexualidade é a única orientação sexual natural e "correta" da humanidade, e marginaliza todas as outras orientações que fogem desta norma, bem como as expressões de identidades não cisgêneras². A heteronormatividade também afeta a comunidade LGBTQ+, porque estabelece a normalização por meio de comportamentos e posições, discursos e performances tidos como apropriados para cada gênero. *Queer* não é apenas um campo teórico, mas também um campo social, porque, ao se apropriar do qualificativo "*queer*", o indivíduo se sente empoderado, aceitando que é "esquisito", sendo que se

² Cisgênero: conceito "guarda-chuva" que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p.14).

sentir diferente é razão de orgulho e não de exclusão entre as pessoas dos movimentos ativistas pelos direitos das pessoas LGBTQ+ (SILVA, 2019).

De acordo com o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, a definição da palavra “transgênero” é formulada da seguinte forma: “diz-se de ou pessoa cuja identidade de gênero é oposta àquela do nascimento e que age como se pertencesse ao sexo oposto” (MICHAELIS, 2013, s/p). Já a definição proposta no dicionário online “Significados” é:

Transgênero (trans) é o indivíduo que se **identifica com um gênero diferente daquele que corresponde ao seu sexo atribuído** no momento do nascimento. A transgeneridade **não é uma doença** ou distúrbio psicológico. De acordo com as convenções sociais tradicionais, existem dois tipos de gêneros: masculino e feminino (SIGNIFICADOS, 2019, s/p.).

O termo “transgênero” foi cunhado em 1965 pelo psiquiatra americano John Oliven em prol do termo “transexual” e acabou ganhando mais popularidade com o passar do tempo. Historicamente, a atenção dada a assuntos relacionados à identidade de gênero sempre seguiu uma lógica heteronormativa.

É apenas nos dias de hoje que a psicologia surge como importante fator de combate a esse tipo de concepção e como ferramenta primordial no enfrentamento às ideologias passadas que impunham uma grande rigidez ao termo gênero, que vem sendo questionada por conta da visibilidade que pessoas transexuais têm ganho, pelo ativismo trans e pela presença cada vez mais comum de pessoas trans nas mídias televisivas e de internet.

Mais recentemente, o avanço das pesquisas científicas no campo da psicologia vem ajudando a quebrar com essas correntes que reforçam a heteronormatividade vigente durante tantas décadas e, graças a esse avanço, importantes conquistas como a despatologização das identidades não-normativas de gênero foram possíveis, auxiliando no combate contra a violência empregada aos grupos LGBTQ. Esse avanço também é fruto majoritariamente das indagações das pesquisadoras e pesquisadores transexuais que apontaram a psicologia como um dos campos de conhecimento que contribuíram historicamente para a visão patológica dominante sobre a transexualidade.

A identidade “trans”, termo este que será usado neste trabalho para se referir às pessoas transgêneros, ainda é motivo para divergências de entendimento sobre o conceito na perspectiva médica e das ciências sociais.

A categoria “disforia de gênero” proposta no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014) significa a não-satisfação que causa perturbação mental e física com as características sexuais e de gênero atribuídas no nascimento; também é um dos termos usados para se referir à transexualidade (GAGLIOTTI, 2019). Este termo passou a ser usado no DSM-5 para substituir o termo “transtorno de identidade de gênero”, com o intuito de diminuir o preconceito e a estigmatização que este termo carrega, e para enfatizar que a transexualidade não é mais considerada um transtorno ou desordem mental, embora a inclusão da categoria “disforia de gênero” permaneça polêmica e seja questionada pelos movimentos ativistas de pessoas transexuais pelo mundo. Parte disso, ocorre porque o termo disforia de gênero é associado com um transtorno psiquiátrico, enquanto a transexualidade tem sido entendida contemporaneamente como uma das expressões possíveis das identidades de gênero.

De acordo com Peggy Cohen-Kettenis (2016) e o artigo “Disforia de Gênero”, publicado pelo Guia Prático da Atualização do Departamento Científico de Adolescência (CREMESP, 2016), é possível identificar a disforia de gênero na infância por claros sinais de descontentamento com as genitálias e roupas com características sociais do gênero pertencente no nascimento. Porém, devemos nos manter atentos aos sinais. Muitas vezes a criança está “encantada” com o mundo de brincadeiras do sexo biologicamente oposto ao seu de nascimento, ou realmente está confusa quanto ao sexo com o qual se identifica, voltando ou não a se reconhecer com o sexo biológico que lhe foi designado no nascimento assim que entra na adolescência. De acordo com o DSM-5 (2014, p.452-453), os critérios diagnósticos da disforia de gênero são:

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:

1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias.

2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso...
 3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero.
 4. Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado).
 5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).
 6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).
- B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. (DSM-5, 2014)

O diagnóstico de disforia de gênero leva em consideração diferentes aspectos quando se trata de uma criança ou de um adolescente. Alguns deles são: na infância pode ser especificado como um transtorno de desenvolvimento sexual, enquanto na adolescência e na fase adulta pode ser especificado como um transtorno de desenvolvimento sexual pós transição social; na adolescência há a forte convicção de sentimentos e comportamentos do gênero diferentes do designado ao nascimento, enquanto a criança ainda não tem essa dimensão bem definida. Aspectos em torno da puberdade são acrescentados na disforia em adolescentes (cf.: SAADEH, 2019).

A transexualidade é uma das manifestações da disforia de gênero (DSM-5, 2014). Há ainda outras expressões identitárias de gênero que também se inserem nesta categoria proposta no DSM-5: travesti, intersexo, não-binários, cross-dresser, drag queen, drag king e transformista (cf.: SAADEH *apud* SAADEH, 2019).

Por outro lado, há pesquisadores que entendem a transexualidade sob outra perspectiva, como Franco e Gonçalves (2019, p.407), segundo os quais “a construção do gênero é social e não se relaciona com o biológico”.

No artigo “Travestis, Transexuais e Transgêneros na escola”, Franco e Cicillini (2016) discorrem sobre o começo da luta de visibilidade, aceitação da categoria de identidade de gênero transexual e sobre a dificuldade e necessidade de mais pesquisas quando comparadas àquelas sobre pessoas cisgêneras, apontando que

apenas em 2008 houve umas das primeiras investigações sobre o universo trans e educação no contexto brasileiro. O artigo prossegue discutindo o preconceito e as dificuldades que as crianças trans, que prestaram depoimentos para algumas pesquisas citadas no artigo, enfrentam em instituições de ensino, como *bullying* e marginalização. Também é discutida a importância de implementar mais professores trans que ajudem a desfazer estereótipos de que as pessoas trans são marginais e, conseqüentemente, que contribuam para o estabelecimento do respeito a esta população. No final, os autores reforçam mais uma vez a importância de realização de mais pesquisas sobre o assunto (FRANCO; CICILLINI, 2016).

No ambiente escolar, professores ainda perpetuam a heteronormatividade culturalmente imposta pela sociedade. É necessário entender que não são as características sexuais, mas as maneiras de expressar ou valorizar essas características em momento histórico específico que constitui efetivamente as concepções de uma determinada sociedade sobre ser mulher, ser homem, ser hetero, homo ou transexual. Para entender o status e o relacionamento de homens e mulheres na sociedade, é importante observar não exatamente o sexo, mas todo o conteúdo baseado em gênero em redes sociais. O debate deveria ser estruturado em um novo idioma, onde gênero será um conceito básico (MONTEIRO; et al. 2017).

Ao fazerem escolhas no ensino ao longo do ano letivo, os educadores transmitem ideias sobre o mundo, educação, escola, gênero e diversidade de gênero. Portanto, essas escolhas não são neutras, mas expressam certa maneira de pensar, mesmo que sutis. Portanto, por meio dessas escolhas, podem reiterar preconceitos e discriminações, ou criar um espaço de resistência em escolas quanto à ideia hegemônica historicamente construída da relação entre gênero e sexualidade. Assim, é importante levar em consideração que métodos reflexivos devem se basear em expressões traduzidas nos formatos de imagens, filmes, dramatizações e performances de gênero, a fim de questionar o esquema binário construído e reiterado na história da educação. Nesse sentido, é importante pensar na representação hegemônica da feminilidade e masculinidade e nas visões do trabalho educacional que contradizem as referências heteronormativas, bem como na necessidade de questionar as relações de gênero e as normas heterossexuais existentes na organização do trabalho escolar. Isto envolve um olhar crítico ao

notarmos o quanto as instituições de ensino educam sobre gênero e sobre diversidade sexual.³

É preciso que a escola trabalhe para criar um espaço mais acolhedor e sem preconceitos. O possível primeiro passo é discutir a introdução de temas relacionados ao gênero e à diversidade sexual no coletivo escolar e, acima de tudo, no Plano Político-Pedagógico das escolas, com o objetivo de a instituição escolar considerar essa discussão como uma reflexão sobre a organização do trabalho docente e a realidade das vidas de tantas e tantos alunos. Além disso, considerar que a discussão se situa para além do escopo da sala de aula, porque o espaço escolar também inclui banheiros, quadras, corredores, lanchonetes etc. Outra ação importante para organizar o trabalho docente é o "Plano de Trabalho Pedagógico", no qual os professores expressam como pretendem desenvolver suas aulas metodicamente, ao longo do ano letivo, e assim incluir a pauta de discussão sobre gênero e diversidade sexual.³

No artigo de Kennedy (2010) já referido anteriormente, a pesquisadora sugere que a maioria das pessoas transgênero toma consciência de sua identidade de gênero na infância. Assim, é evidente que a maioria das crianças transgêneros passa pelo menos parte, senão todo o período escolar, com o sentimento de que tem uma identidade de gênero diferente da imposta e da que tem de representar. Ela apresenta no artigo um dado de que 76% dos participantes da pesquisa estavam cientes de sua transexualidade antes de sair da escola primária, ao todo participaram 121 pessoas transgêneros do Reino Unido em 2009. A partir disso, investigou e estabeleceu que as crianças trans podem ser caracterizadas como "aparentes" e "não-aparentes", com a maior parte delas tendendo à última categoria. O artigo contém diversos relatos de pessoas trans e apresenta pontos de vista do modo como as crianças trans entendem e vivem sua expressão precoce de gênero, mostrando os sentimentos de culpa e vergonha que levam para suas vidas adultas por conta de fracassos na educação e em outros âmbitos.

Considerando as duas categorias de crianças transgênero citadas por Kennedy (2010), a "não aparente" diz respeito às crianças que não são conhecidas como trans por um adulto, enquanto a "aparente" se refere àquelas que são

³ <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>

reconhecidas como uma pessoa trans por pelo menos um adulto que faz parte de suas vidas, isto é, que convivem com elas. Como dito anteriormente, as crianças caracterizadas pela última categoria citada aqui são consideravelmente mais raras, sendo que, segundo exemplos presentes na pesquisa, as crianças que recebem apoio dos pais e, portanto, são “aparentes”, podem se adaptar dentro do sistema escolar mais facilmente (KENNEDY, 2010).

Segundo Kennedy (2010), ao mesmo tempo que tentam lutar contra as atribuições de gênero dadas, as crianças trans reprimem e tentam esconder sentimentos e demonstrações que acreditam não estar dentro das expectativas sociais. Assim, junto com imposições feitas por adultos para adequar as crianças às normas sociais consideradas comuns, surge na criança trans uma transfobia internalizada subsequente, o que muitas vezes gera resultados consideravelmente mais baixos na escola e abandono precoce do ensino, ficando mais suscetíveis à autodestruição.

Em seu artigo sobre a experiência transexual nos intramuros da escola, Braga (2012) mostra que parte do preconceito expressado em relação à transexualidade se deve ao não entendimento e ao desinteresse das pessoas cisgêneros sobre o tema. Podemos pensar que isso decorre do próprio preconceito que não permite às pessoas tentarem entender as experiências tidas como diferentes. O artigo também mostra um lado pedagógico muito interessante. Discute como o currículo escolar interfere na aceitação dessas crianças, defendendo que o entendimento sobre sexualidade, diferenças e cultura é papel da escola. Relatos da pesquisa que culminaram no artigo de Braga (2012) mostram grandes falhas por parte dos professores e da instituição escolar no papel de educar e tentar evitar o *bullying*, o que nos mostra uma dura realidade da qual poucos falam, confirmando as discussões apresentadas por Franco e Cicillini (2016). O artigo ainda nos mostra uma visão muito clara e muito importante sobre como os papéis de homem e mulher impostos pela sociedade interferem de modo negativo não só na população trans, como na população cis também (BRAGA, 2012).

Essas discussões apontam para a necessidade de se produzir mais pesquisas sobre as diferentes expressões de gênero na infância.

No caso da escola e da educação, as práticas *queer* podem ganhar espaço e ter seu discurso contemplado por um círculo maior de pessoas, expandindo as ideias de modo a desconstruir padrões e práticas controladoras repressivas. Isto aproxima mais a sociedade do conhecimento e, possivelmente, garante que as escolas sigam padrões que acolham e facilitem a passagem de crianças trans, ensinando crianças cisgêneras a se relacionarem com elas de forma respeitosa.

A partir da discussão apresentada, a pesquisa aqui proposta terá por objetivo entender o papel da escola no acolhimento institucional das crianças e adolescentes transgêneros, partindo da seguinte pergunta: como se dá a inserção social de crianças e adolescentes transgênero na escola? Ao formular essa pergunta coloco como objeto de minhas reflexões a escola, sua dimensão sociopolítica e cultural na relação com crianças e adolescentes trans. Ainda que perifericamente, a criança e adolescente trans como sujeito dessa relação de acolhida institucional, estará evidentemente presente nesse trabalho.

METODOLOGIA

Esse TCC se estrutura sobre um trabalho investigativo bibliográfico e como uma espécie de diário de campo, realizado através de pesquisa bibliográfica e anotações pessoais feitas no curso “VII Curso de Atualização em Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual” disponibilizado pelo AMTIGOS (Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas SP, realizado no segundo semestre de 2020.

Para um primeiro momento, a revisão bibliográfica sobre o tema foi feita nos últimos 9 e 10 anos, por ter sido em 2010 e 2011 que o primeiro adolescente e criança transgêneros deram entrada no AMTIGOS, onde até então, só atendia adultos. Foi em 2010 que o dia 17 de maio entrou para o calendário oficial do Brasil como o Dia Internacional Contra a Homofobia e a Transfobia.

DISFORIA DE GÊNERO E A ESCOLA

Atualmente a infância é tida como um momento crucial na formação da personalidade do indivíduo, um período de maleabilidade de acordo com as vivências, que tem como objetivo conseguir desenvolver a segurança, autoestima, autonomia,

iniciativa, sociabilidade e criatividade. Durante esse período a Identidade de gênero começa a ser construída e percebida, é a interação de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. Entre 18 e 31 meses é comum à criança ter uma escolha de brinquedos e brincadeiras típicas, dado a cultura que se insere, da sua identidade de gênero. É iniciado o reconhecimento de sexo e gêneros diferentes. Entre 4 e 6 anos se torna perceptível as diferenças entre os sexos e a estabilidade do gênero em cada um, assim, muitas crianças trans apresentam disforia de gênero já nessa idade e uma não aceitação de sua identidade de gênero pelas pessoas em sua volta e, consequentemente, a própria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que diz:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, **da identidade**, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (ECA,1990)

Assim, exigindo o direito ao respeito da identidade, que inclui a identidade de gênero. Esse direito deve ser garantido por todos, incluindo as redes de ensino que exercem grande papel na vida das crianças e adolescentes, contribuindo no desenvolvimento biopsicossocial e na ressignificação de valores impostos na cultura, assim tendo responsabilidade no tema transgênero (SAADEH, 2019).

As escolas precisam se renovar e estar atentas às dificuldades vivenciadas pelas crianças ou jovens trans para que possam se tornar facilitadores e evitar o abandono escolar, muito frequente nessa população. Sua principal função deveria ser garantir a integridade física de crianças e jovens no ambiente escolar, além de capacitar equipes técnicas para atender esse grupo de pessoas e cooperar com outros alunos na formação de cidadãos que respeitem as diferenças.

De acordo com o livro “Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade)” (2019), os dados oficiais mostram que a sociedade brasileira tem adquirido importantes deliberações para as minorias, dando acesso para que exerçam seus

direitos. Contudo, ainda faltam questões de grande importância para serem conquistadas, como a ampliação ao ingresso à educação básica e valorização da diferença e diversidade. A discriminação dos grupos minoritários da sociedade e a violência por preconceito são diariamente reproduzidas nos espaços do Brasil. As escolas deveriam impulsionar a discussão e o fim de paradigmas que *“colocam o país como primeiro nos rankings de violência contra minorias”* (cf.: SAADEH, 2019).

A educação é um dos meios básicos para a socialização do homem e um dos campos onde a compreensão e a adaptação aos diversos temas são mais necessárias. Contudo, ainda é uma realidade que mesmo com algum progresso na discussão, muitos alunos ainda estão sofrendo e encontrando dificuldades dentro e fora da sala de aula. Considerando o papel do educador e como ele deve ser uma ferramenta para promover mudanças em nossa sociedade, o AMTIGOS criou um grupo de orientação às escolas e equipes pedagógicas que funciona desde o dia 12 de agosto de 2016.

Os encontros com as escolas acontecem de três em três meses e ocorre de duas formas: aula expositiva sobre a temática de crianças e adolescentes transexuais e roda de conversa, sendo possível contatar os profissionais do ambulatório fora das datas marcadas caso alguma emergência na instituição ocorra. As rodas de conversa funcionam de forma que orientadores, professores, coordenadores possam tirar suas dúvidas e compartilhar experiências, discutindo os desafios escolares do cotidiano, falta de entendimento sobre algumas questões, além do desafio de lidar com outras crianças e pais da escola. As aulas expositivas têm conceitos abordados, leis existentes, realidade das pessoas trans. O grupo proporciona um espaço de discussão e reflexão para o fortalecimento dos direitos sexuais saudáveis, segurança e bem-estar dos alunos, a fim de atuar preventivamente e respeitar a diversidade sexual (SAADEH, 2019).

A transgeneridade ainda é um motivo de muito sofrimento para aqueles que são e por conta disso, quem assim se identifica deve ser ajudado de perto por professoras, profissionais da saúde e familiares. O sentimento de inadequação pode trazer um sofrimento psíquico significativo, que aumenta as chances de o indivíduo

desenvolver transtornos psiquiátricos, abuso de álcool e drogas e tentativa de suicídio.

Pesquisa feita em 2016 nos EUA com pessoas trans maiores de 18 anos evidencia que: a população trans tem oito (8) vezes mais sofrimento psicológico grave do que a população cisgênera; 40% da população trans tenta suicídio ao longo da vida (desses, 34% antes dos 14 anos e 39% entre 14 e 17 anos), contra 4,60% da população cisgênera que tenta suicídio⁴. São números extremamente preocupantes e que mostram como é preciso ter um olhar aguçado para as crianças e jovens transgêneros. É importante fazer um bom diagnóstico e tentar identificar e excluir doenças mentais que podem ocorrer ao mesmo tempo que os sintomas de disforia de gênero.

A disforia de gênero está entre as classificações da última atualização do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM). O termo disforia é sinônimo de mal-estar, sofrimento, mas não são todos os indivíduos que vivenciam a transgeneridade que apresentam sofrimento psicológico em decorrência do gênero. Na maior parte das vezes a indisposição aparece como resultado das condições sociais e discriminação vivenciadas, sendo assim o sofrimento não aparece em consequência de uma identidade trans, mas do modo que é vivenciada socialmente. Assim, é preciso olhar para o ambiente e o meio social que essas crianças e jovens vivem, sendo a escola o meio em que passam grande parte do tempo e recebem influência.

Importante ressaltar que, ao pesquisar “educação de gênero” os artigos e reportagens indicadas são, predominantemente, sobre equidade entre homem e mulher, em um sentido binário, sem indicar a questão de gênero da comunidade LGBTQI+ e mostrando propostas da Escola sem Partido. O que reforça como as pessoas desse meio LGBTQI+ são excluídas da sociedade e pesquisas, precisando de visibilidade e artigos para mostrar para comunidade a realidade dessa classe propositalmente ignorada.

⁴ “VII Curso de Atualização em Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual” - AMTIGOS

ESCOLA SEM PARTIDO

O projeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido (EsP) tem como objetivo barrar uma suposta prática de “*doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos.*”⁵

O anteprojeto de lei federal, estadual e municipal, tornaria obrigatória a presença em todas as salas de aula um cartaz com os seguintes dizeres:

Deveres do Professor:

- 1- O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2- O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3- O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4- Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5- O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6- O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.⁶

Esse projeto foi criado em 2004, mas apenas ganhou força em 2015, voltando a aparecer durante as eleições de 2018 (SOUZA; CHAGAS, 2019). Esse “ideal” defendido por parte da população põe em risco a segurança física e moral de crianças e adolescentes, que deveriam encontrar segurança e informações realistas na escola, mas que passariam a depender unicamente da família, que muitas vezes é fonte de violência e preconceito.

⁵ <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acessado em: 15 de abril de 2021

⁶ <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/> Acessado em: 15 de abril de 2021

A PL 7180/14 defendida pelo EsP alteraria o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), se aprovada a mudança, os valores familiares teriam prioridade sobre a educação escolar. Assim, qualquer assunto relacionado à **educação moral, sexual** e religiosa **não** poderiam mais ser discutidos na escola ou estar presente no currículo escolar, passariam a ser função da esfera privada familiar (SOUZA; CHAGAS, 2019).

Com a impossibilidade de discutir assuntos de educação moral e sexual, as ideias propostas e discutidas até aqui neste Trabalho de Conclusão de Curso não seriam possíveis. A importância de discussões e ensino sobre gênero e sexualidade destacadas, não importariam, passariam a ser função dos responsáveis por transmitir o conhecimento para os filhos.

O Brasil é pelo 12º ano consecutivo (2020) o país que mais mata transexuais no mundo (JUSTO, 2020), o que reflete a educação recebida, ou não recebida, pela população e como o país continuará liderando esse *ranking* se medidas não forem tomadas ou se os projetos do Movimento Escola sem Partido fossem aprovados.

No site oficial do Projeto Escola sem Partido há o trecho:

“Para respeitar esse direito dos pais, o professor deve se abster de veicular conteúdos e realizar atividades de cunho religioso ou moral que possam estar em **conflito com as convicções dos pais** ou responsáveis pelos estudantes, o que compreende, **evidentemente, questões relacionadas à moral sexual**. A violação a esse dever de abstenção expõe o professor ao risco de responder, pessoalmente, nos termos da lei civil, pelos danos que vier a causar ao estudante ou sua família.”⁷

O Brasil tem números crescentes de crianças e adolescentes abusados sexualmente, com pelo menos três crianças/jovens sendo abusados por hora e que, de acordo com o Ministério da Saúde, dois terços dos abusos ocorrem dentro de casa. Especialistas apontam que a falta de educação sexual nas escolas deve agravar os casos de abuso na infância. Com isso, fica evidente o prejuízo que esses projetos causariam na sociedade (HERDY, 2020).

⁷ <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/> Acessado em: 15 abril 2021

Os dados mostram que a família não é sinônimo de sabedoria e “porto-seguro”, que é muitas vezes a fonte de sofrimento e desinformação. A educação sexual e a educação de gênero são imprescindíveis para o bem-estar, saúde física e psicológica dos alunos, que devem ter o conhecimento e respeito do próprio corpo, do corpo do outro, do gênero, identidade e do consentimento.

O preconceito também está presente em propostas da EsP quando falam de ideologia de gênero, com autoria do deputado federal Cabo Daciolo, propuseram:

“Ficam **vedadas** em todas as dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar **a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual.**” (SOUZA; CHAGAS, 2019).

Ao tentar proibir que os termos gênero e identidade de gênero sejam discutidos nas dependências escolares, o deputado está limitando a discussão do que é respeito e igualdade, além de limitar a expressão de identidade dos alunos, que já se mostra difícil, mesmo sem essas barreiras.

SOFRIMENTO PSICOLÓGICO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

Ao longo desse Trabalho de Conclusão de Curso foi discutida a questão da transgeneridade e termos relacionados, como disforia de gênero, que seria um transtorno decorrente de um sofrimento intenso por ter um gênero diferente do que dado ao nascimento. Ao longo deste capítulo serão discutidos os dados preocupantes da saúde mental da população transgênero, os transtornos mais presentes e possíveis causas.

Os dados apresentados neste capítulo foram retirados do curso do AMTIGOS e diário de bordo feitos em 2020 já citados neste trabalho. São pesquisas estrangeiras, por falta de ampla bibliografia nacional ou traduzidas, o que representa ainda o baixo engajamento de pesquisas feitas aqui.

Uma pesquisa realizada nos EUA com mais de 27 mil pessoas trans maiores de 18 anos apontou dados preocupantes sobre o sofrimento psicológico, que é oito (8) vezes maior do que a população cis⁸. A depressão e ansiedade são as doenças psiquiátricas mais comuns na população em geral e permanece na população trans, mas ao fazer uma pesquisa com o público dos 12 aos 29 anos, a diferença de porcentagem entre as identidades de gênero citadas é significativa, enquanto 12% da população geral tem depressão, 41% da população trans convive com o transtorno.⁹

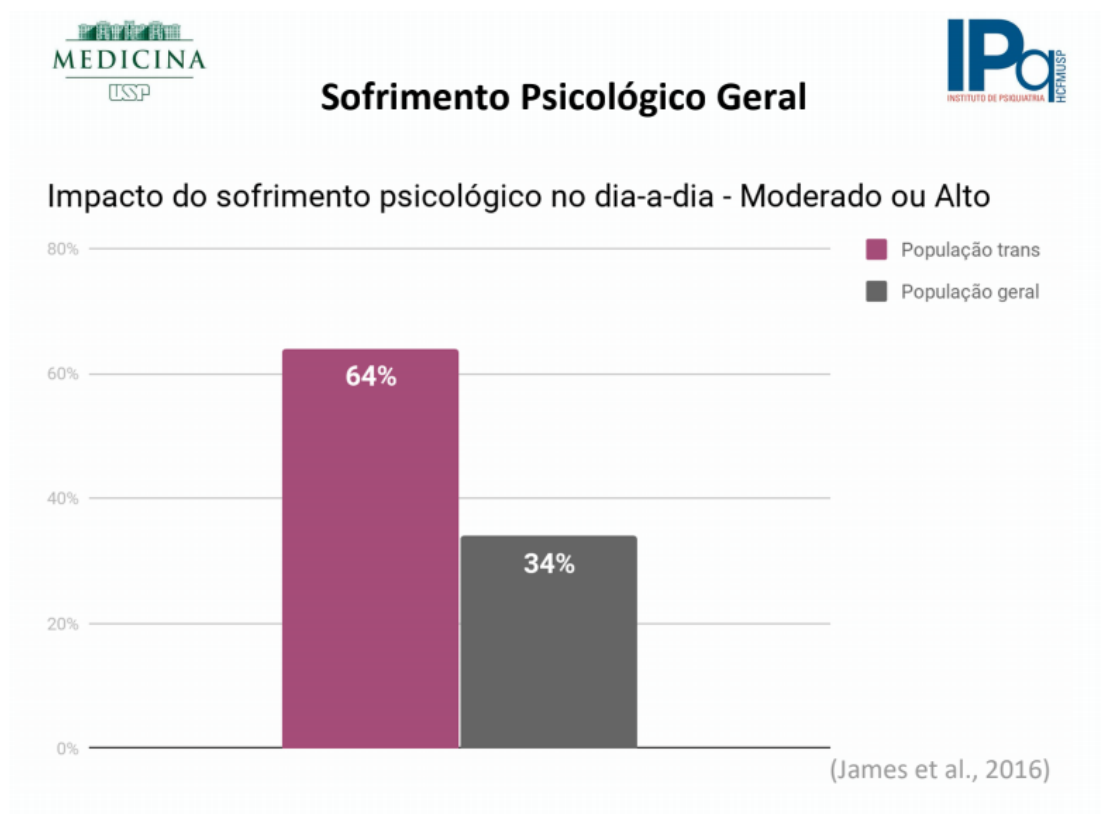
O transtorno da ansiedade social, também popularmente conhecido como fobia social, é um medo excessivo de se relacionar socialmente e de fazer qualquer atividade em público. Esse transtorno atinge 12% da população trans, um dos grandes fatores para essa porcentagem é a transfobia vivenciada, que os faz tentar esconder quem são para não serem julgados e cada vez mais evitar situações de exposição.

Ao falar sobre sofrimento psicológico intenso é quase inevitável abordar o tema suicídio. Na população trans a ideação, planejamento e tentativa de suicídio têm taxas elevadas e preocupantes. Estudos mostram que a maior parte dos pacientes convivem com ideação suicida ao longo da vida, com aproximadamente 40% fazendo tentativas.

Para uma melhor visualização dos dados seguem gráficos:

⁸James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

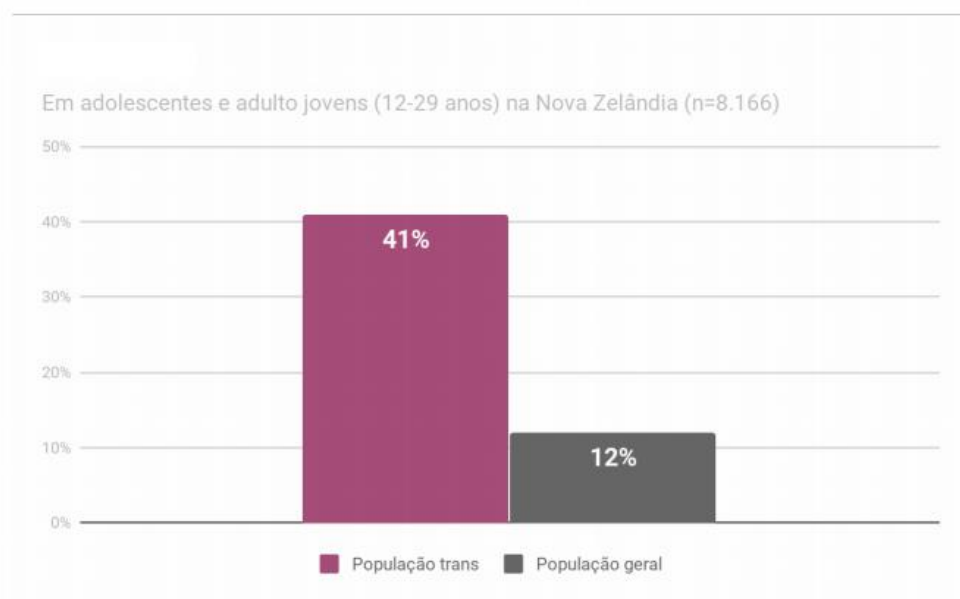
⁹ Connolly, M. D., Zervos, M. J., Barone, C. J., Johnson, C. C., & Joseph, C. L. (2016). The Mental Health of Transgender Youth: Advances in Understanding. *Journal of Adolescent Health*, 59(5), 489–495. doi: 10.1016/j.jadohealth.2016.06.012



(Gráfico 1)¹⁰

¹⁰ James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

Depressão

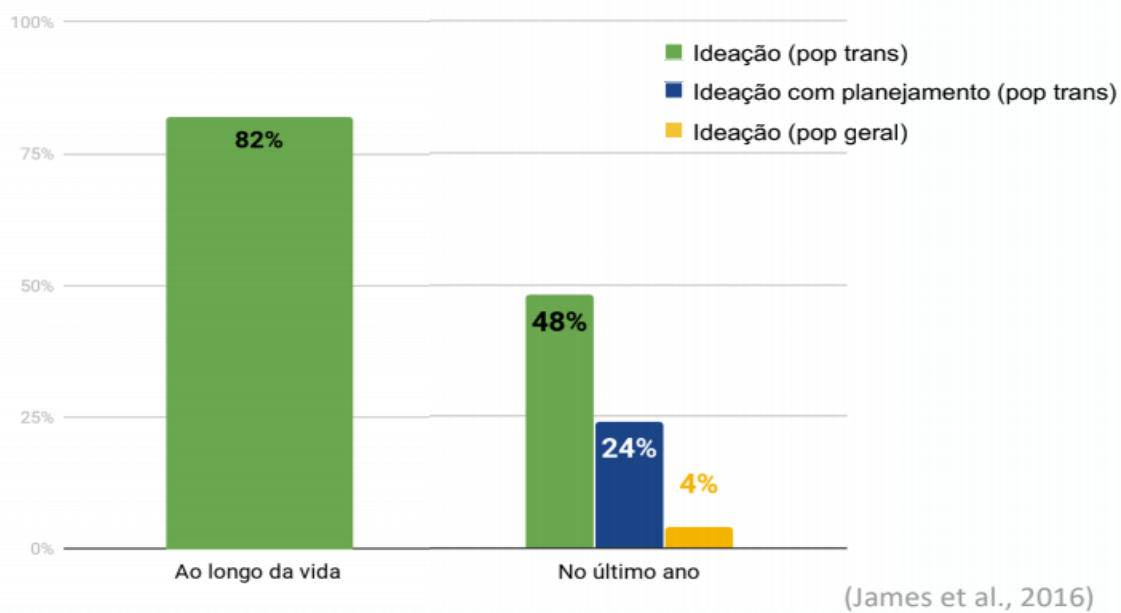


(Connolly, Zervos, Barone, Johnson, & Joseph, 2016)

(Gráfico 2)¹¹

¹¹ Connolly, M. D., Zervos, M. J., Barone, C. J., Johnson, C. C., & Joseph, C. L. (2016). The Mental Health of Transgender Youth: Advances in Understanding. *Journal of Adolescent Health*, 59(5), 489–495. doi: 10.1016/j.jadohealth.2016.06.012

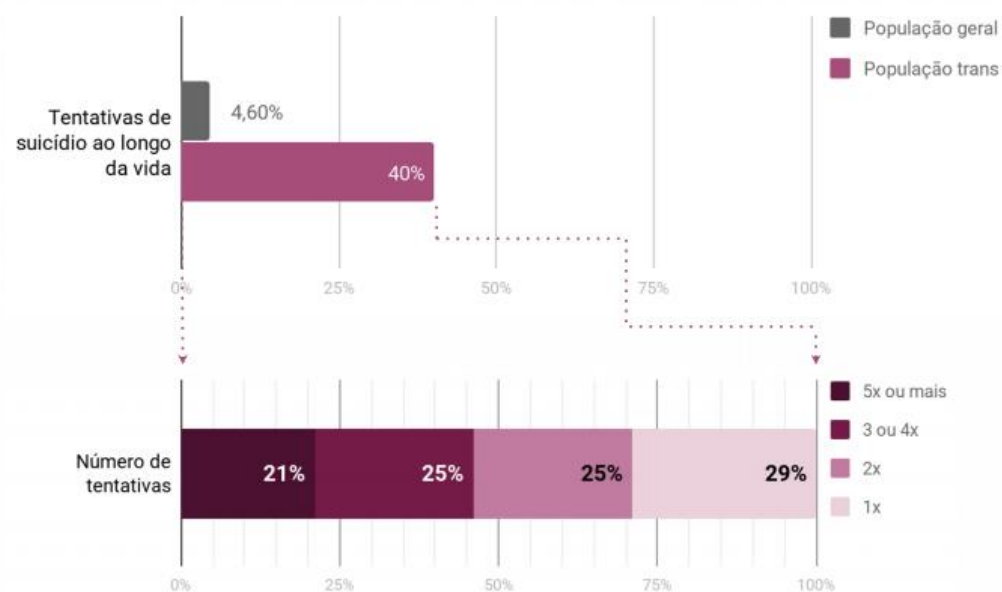
Suicídio (ideação e planejamento)



(Gráfico 3)¹²

¹² James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

Tentativas de Suicídio

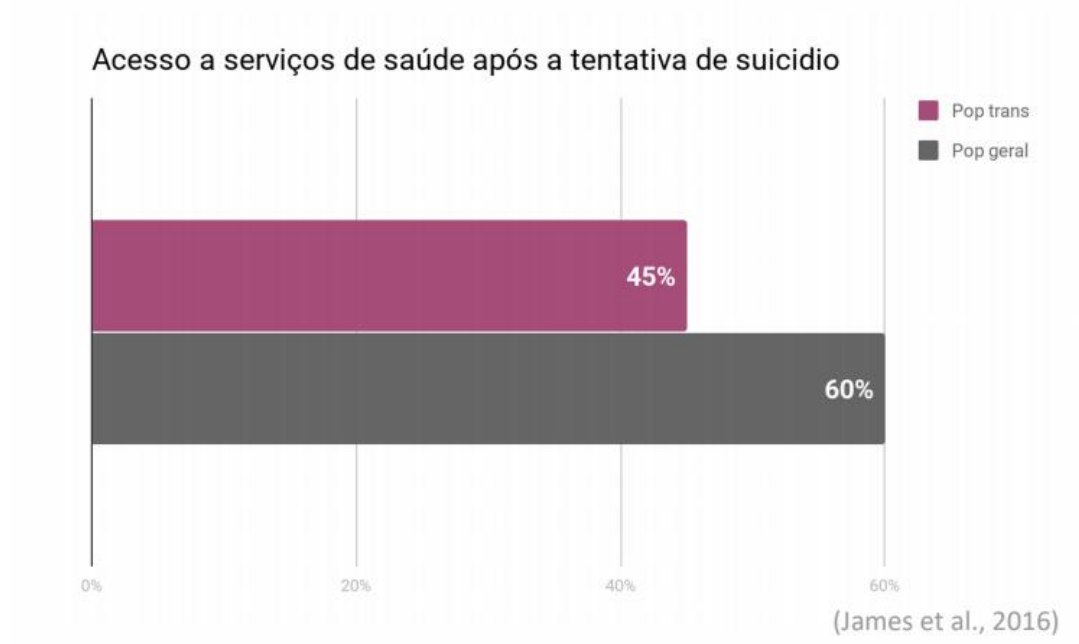


(James et al., 2016)

(Gráfico 4)¹³

¹³James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

Suicídio

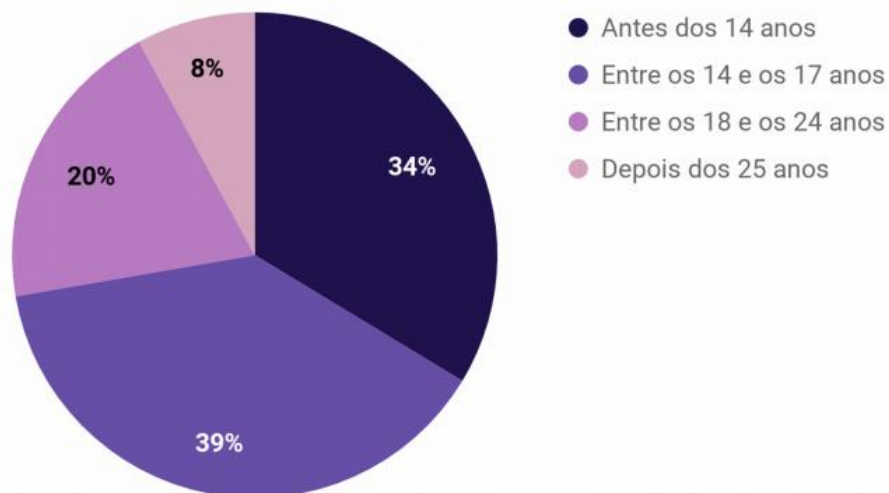


(Gráfico 5)¹⁴

¹⁴ James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

Suicídio

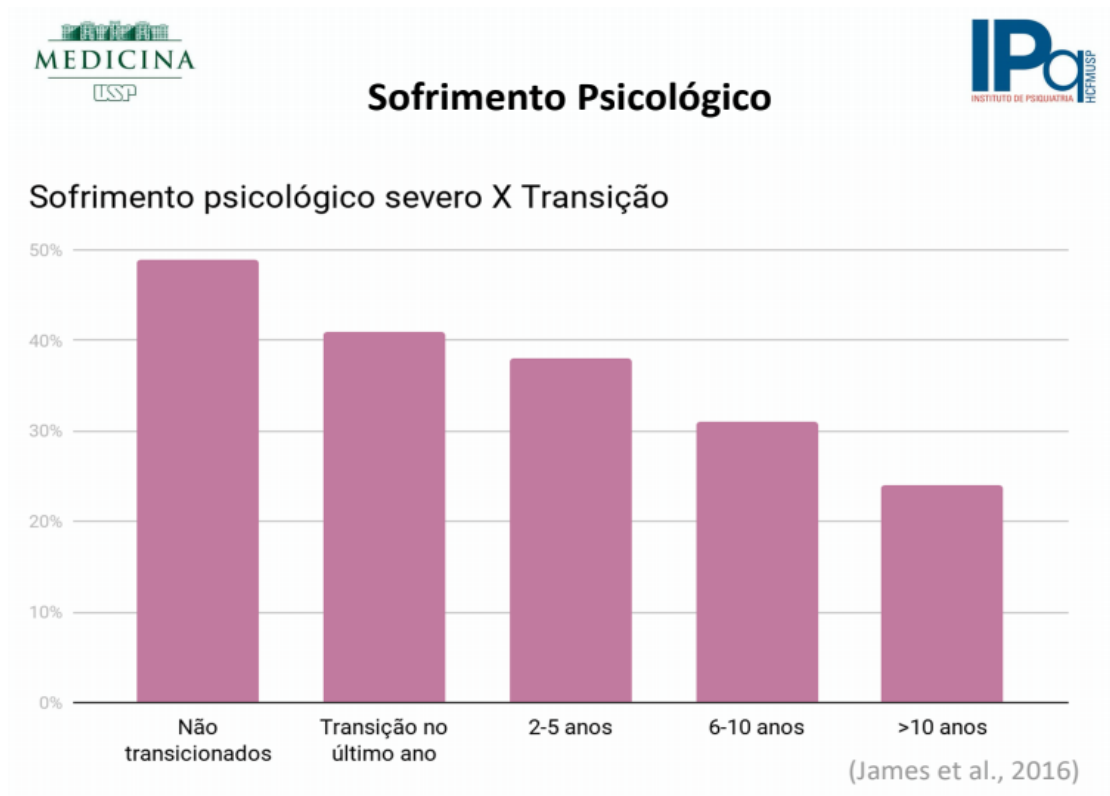
Idade da Primeira Tentativa de Suicídio



(James et al., 2016)

(Gráfico 6)¹⁵

¹⁵ ³ James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

(Gráfico 7)¹⁶

Os dados apresentados evidenciam a falta de visibilidade que as pessoas transgêneros tem na sociedade, com crianças, jovens e adultos tentando tirar a própria vida e mesmo assim não recebendo suporte suficiente para não tentar novamente, com 3/4 (três quartos, equivalente a 75%) das pessoas que tentaram suicídio mais vezes ao longo da vida (gráfico 4) com 15% menos acesso aos serviços de saúde depois do ato do que a população geral (gráfico 5).

O gráfico 6 mostra que aproximadamente 2/3 (dois terços) das primeiras tentativas de suicídio acontecem antes da maioridade, sendo 1/3 (um terço) antes dos 14 anos, na parte da infância, e 1/3 (um terço) entre 14 e 17 anos, adolescência. Esse assustador dado mostra um intenso sofrimento psicológico nas crianças e adolescentes que estão, não apenas querendo e planejando (dado que não entra

¹⁶James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

nessa porcentagem, mas que é ainda maior), como estão de fato fazendo ações suicidas para acabar com o sofrimento.

Um questionamento importante surge ao analisar os dados: O que a ideação suicida de crianças e jovens implica na responsabilidade e responsabilização das instituições educacionais? A existência de um planejamento de cuidado com essa população, poderia reduzir os índices de suicídio apresentados anteriormente? Como as políticas públicas estão ajudando essas pessoas? No conjunto dessas perguntas há que se considerar a importância de implementação e programas nas políticas públicas de saúde de assistência, de educação como modo de envolvimento do Estado e da sociedade frente à alarmante situação vivenciada por crianças e adolescentes transgêneros.

Há uma menor quantidade de pesquisas a respeito da saúde mental das crianças trans, mas inicialmente foi identificado maiores níveis de sintomas internalizantes, associados a depressão e ansiedade. Entretanto essa informação tem sido contestada por novos estudos que apontam que, crianças trans transicionadas e apoiadas pela família tem a saúde mental equivalente à de uma criança cis, sem diferença em sintomas depressivos e sintomas ansiosos um pouco mais elevados, mas ainda abaixo dos parâmetros clínicos.

Existem algumas teorias para tentar explicar a coocorrência de variabilidade de gênero e de transtornos mentais: causas sociais; causas de base comum (no desenvolvimento ou genética); disforia de gênero como causador de sofrimento e psicopatologia associada.

As causas sociais, atualmente, é o modelo mais bem aceito para explicar essa coocorrência de transtornos mentais, pois há melhora dos sintomas e dos transtornos com um ambiente mais tolerante e apoiador. Essas causas sociais seriam estressoras psicossociais como violência, preconceito e stress de minoria. O estresse tem um impacto negativo tanto na saúde física como mental de uma forma geral, as minorias enfrentam maiores situações de estresse social e por isso são mais suscetíveis a ter problemas de saúde relacionados ao estresse.

A família também é um grande fator influenciador dos sintomas e transtornos, o apoio familiar está associado a menos sintomas depressivos e maior apreciação da vida, em paralelo com as pessoas trans cujas famílias não eram suportivas e tiveram mais que o dobro de tentativas de suicídio. As pessoas trans com família suportivas têm um sofrimento psicológico quase 40% menor do que as que não têm esse apoio.

17

A escola também é apontada como um fator importante para a saúde mental da população trans que, já sinalizado nesse Trabalho de Conclusão de Curso, tem grande evasão escolar. Aqueles que não completaram o colegial, provavelmente por preconceito e bullying, tiveram mais que o dobro de tentativas de suicídio se comparado com a média e quase o dobro de prevalência de sofrimento psicológico se comparados àqueles com ensino superior.

O gráfico 7 mostra a relação entre sofrimento psicológico e a transição, que evidencia o grande nível de sofrimento psicológico para aqueles que não transicionados, caindo a porcentagem de sofrimento quase na metade para aqueles que já passaram pela transição há 10 anos. Outros dados que evidenciam a importância da transição para as pessoas trans são os pós Terapia Cruzada de Hormônios Sexuais em que 80% relataram melhora na disforia de gênero, 75% relataram melhora nos sintomas psicológicos e 80% relataram melhora na qualidade de vida.

O tratamento para esses transtornos e sofrimento na população trans tem suas especificidades que deveria seguir uma terapêutica pautada pelas questões afirmativas como, reconhecimento e validação das vivências particulares, uso da terminologia adequada, do nome social e respeito à diversidade. Para a disforia de gênero seria um processo de afirmação e própria aceitação de gênero. Para concorrências psiquiátricas quando necessitar de medicação deve ocorrer igual a população cis. Também é muito importante manter terapia para tratar sobre o preconceito, violência, LBTIfobia internalizada e os mais diversos assuntos.

¹⁷ James, S., Herman, J., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. A. (2016). The report of the 2015 US transgender survey.

Pontos importantes para a saúde mental da população trans nas etapas da vida são: na vida adulta, tratar a disforia de gênero e coocorrência psiquiátrica, a LGBTIfobia internalizada, o estigma e a diminuição das barreiras ao acesso à saúde; na adolescência, trabalhar a rede de apoio familiar e escolar, a vida escolar, bloqueio puberal em adolescentes com disforia de gênero, tratar o estigma e a LGBTIfobia internalizada; na infância, seria mais um tratamento preventivo ao sofrimento psicológico com psicoeducação e intervenção familiar.

Importante ressaltar que a transexualidade não é um diagnóstico psiquiátrico, médico ou psicológico, é apenas um termo para referir como a pessoa se identifica. Entretanto é preciso avaliar com atenção para identificar as várias especificidades e vulnerabilidades, para tratar quando necessário e quando possível prevenir psicopatologias, lembrando que nem todo adoecimento acontece pelas vivências relacionadas a identidade de gênero.

Esse trabalho abordou o quesito do sofrimento psicológico e saúde mental da população trans, sem discutir as políticas públicas de saúde envolvidas e suas funções. Debater a questão das políticas públicas de saúde para a população transexual é de extrema importância pelo engajamento de algumas áreas e o total desprezo por outras, por envolver a saúde, o bem-estar e o direito de toda a população. Embora seja um ponto relevante que deve ser destacado, não será discutido neste Trabalho, assim como diversos outros temas de importância para a população transgênero. Vale ressaltar que o objeto desta pesquisa versa sobre o sofrimento da criança e adolescente trans no contexto da educação.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A secretaria da educação do Estado do Paraná ganhou destaque nesse Trabalho de Conclusão de Curso por ter um amplo material sobre gênero e diversidade sexual disponível para toda população em seu site e pela mobilização para repensar a Educação Básica.

A disponibilização de conteúdos sobre a temática para a sociedade é de extrema importância, principalmente dentro do contexto da educação. O Estado do Paraná criou o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NGDS, em que *“consiste em provocar um deslocamento na forma de pensar e de planejar a educação da Rede*

Pública Estadual de Educação Básica do Paraná a partir das discussões de gênero e diversidade sexual” o que condiz com o que essa pesquisa defende.^{18 19}

As discussões sobre gênero e sexualidade estão ocorrendo cada vez mais na pesquisa educacional. Esse crescimento decorre dos desafios enfrentados por professores, educadores e psicólogos em relação à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. O debate sobre esse tema na prática docente ainda é um desafio, pois as escolas e demais áreas da sociedade ainda são permeadas pelo sexismo e pela cultura heteronormativa (BASTOS; CRUZ; DANTAS, 2018).

As diversas instâncias sociais como família, igreja e a escola afetam o aprendizado e o desenvolvimento individual, por fornecerem normas e referências comportamentais consideradas, dentro dos próprios valores, apropriadas. Essas expressões sexuais e de gênero esperadas são impostas às crianças desde a infância e, em grande parte dos casos, são impostas pelos próprios professores da escola (MARTINS, 2017).

O currículo escolar e os métodos pedagógicos devem proporcionar oportunidades para que os alunos desenvolvam a consciência crítica e a compreensão das identidades de gênero e diferenças de cada pessoa. É necessário que a escola se estabeleça como um lugar onde essas e outras questões possam ser amplamente discutidas.

No site da secretaria da educação do Paraná há uma categoria de “Promoção aos Direitos LGBT”, em que indica uma série de links direcionando para arquivos que declaram os direitos dessa população como: mudanças no documento pelo nome social; direito de se matricular nas escolas com o nome social; planos estaduais de políticas públicas contra o preconceito e resoluções sobre o reconhecimento institucional sobre a identidade de gênero. Assim, facilitando a busca e evidenciando os direitos da população trans, que ainda são tão negados.

Também na secretaria da educação do Paraná há o núcleo de gênero de diversidade sexual, que disponibilizou um documento sobre as “Diretrizes

¹⁸ <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>

¹⁹ http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual do Estado”. Nesse arquivo há um glossário explicando importantes termos usados para discutir a temática, incluindo o significado de assimetrias de gênero, binarismo, direitos sexuais, estereótipo, heteronormatividade, identidade sexual, violência de gênero e cada uma das siglas LGBT. Além do glossário, há a discussão sobre o que são essas Diretrizes, homofobia na escola, educação sexual (questões de gênero), gênero e sexualidade nas escolas (perspectivas e possibilidades). Essas informações permitem que as pessoas que não estão no meio e que não tem conhecimento sobre o assunto entendam com maior facilidade as discussões e propostas a respeito do tema.

A disponibilização desses tipos de material em sites do governo e a implementação dessas diretrizes nas instituições escolares é de extrema importância, não apenas para a população LGBTQIA+, mas para toda a população. O Estado do Paraná apresenta os materiais sobre o tema de forma clara e didática, permitindo um conteúdo de lazer com filmes, livros e vídeos, o que torna as informações ainda mais acessíveis.

O site da secretaria da educação do Paraná tem a seção de Gênero e Diversidade Sexual em que é um *“espaço é destinado a subsidiar a prática pedagógica nas temáticas de gênero e diversidade sexual em busca de transformação da realidade social de preconceito, discriminação e exclusão existente nas escolas”*²⁰. Nesta seção há : cadernos temáticos, com opções de materiais sobre gênero e diversidade sexual; legislação, documentos estaduais e federais; sugestões de sites para pesquisa; materiais sobre nome social; orientações pedagógicas, cartilhas para enfrentamento ao preconceito e discriminação; recursos didáticos, com livro sobre escola livre de violência contra mulheres; sugestões de filmes, leitura e vídeos relacionados o tema; cartilhas de campanha contra violência à mulher; roteiros sobre ações feitas contra o preconceito. São materiais muito importantes que espalham informação e acolhem a população LGBTQIA+, incentivando a pesquisa sobre o tema e a busca por conhecimento. Em cada item há mais de uma opção de cartilha/informação, o que permite que a pessoa escolha o tipo de material que mais funciona para ela.

²⁰ <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>

As diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual propõe que haja realização de discussões periódicas sobre o tema com o coletivo da escola e a partir disso ocorra inserção nas discussões no Projeto Político Pedagógico, com um princípio de refletir a organização da didática e espaço escolar, que ultrapassem as salas de aula. Outra possibilidade é a criação e elaboração de uma proposta disciplinar que aborde, com leituras e discussões, a transfobia, sexismo, machismo, racismo e conceitos relacionados ao longo do ano.

Esse documento de diretrizes também aponta a importância da aproximação entre escola e os movimentos sociais, para fomentar discussões e a escola realizar um controle social das políticas públicas existentes e buscar outras políticas decorrentes do viés da desigualdade entre gêneros e a diversidade sexual.

A sociedade é responsável pelos atos que discriminam e desqualificam as pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos, assim as propostas relacionadas aos gêneros e diversidades sexuais na educação dependem das ações e reflexões dos envolvidos nos contextos educacionais.

Com isso, propõem-se um outro encaminhamento para se pensar sobre a escola pública e o trabalho pedagógico. Esse encaminhamento consiste em um posicionamento político e ético de pensar a educação e a escola como espaços e tempos generificados e heteronormativos e resistir a isso em cada ação pedagógica realizada. Essa resistência pode ser dar por meio da problematização em relação às possibilidades de se constituir como feminino e masculino, como mulher e homem e, também, pelo reconhecimento das diferentes possibilidades de relações sociais.²¹

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Cada vez mais aparecem crianças expressando a não conformidade de gênero e padrões diferentes dos esperados, seja escolhendo roupas e brinquedos que a sociedade considera do sexo oposto, seja mostrando insatisfação com o próprio

²¹ http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

corpo, uma vontade de mudança. No entanto, a maioria dessas crianças enfrenta grande rejeição e até punições por esse comportamento.

No ambiente escolar, o bullying está no cotidiano de crianças que fogem da norma heteronormativa. Os professores, muitas vezes, não estão preparados para responder a essa necessidade, mesmo que haja uma concepção do papel pedagógico. Isso pode ocorrer por eles, possivelmente, também serem agentes reprodutores do sexismo e homofobia decorrente da cultura social inserida, ou se preocuparem em violar a educação familiar.

A família ainda tem influência na prática educacional, decorrente de uma linha tênue entre os papéis dos familiares e da escola, principalmente na educação sexual. Muitas propostas para incluir a diversidade sexual e de gênero nas escolas ainda são controversas neste meio. Atualmente, assistimos o embate entre o conservadorismo liderado por pessoas que defendem o que chamam de "família tradicional brasileira" e as pessoas que defendem a inclusão da diversidade, como grupos LGBTQIA+ (MARTINS, 2017).

As discussões sobre o papel do Estado e das escolas na educação sexual continuam causando polêmica e debate. Entre essas polêmicas está o projeto "Escola sem Partido", que delineia os deveres dos professores, inclusive expondo um cartaz com essas funções em sala de aula, o que restringe as discussões e propostas importantes para o aprendizado. Com esse projeto as salas de aula se tornariam um ambiente ainda mais hostil para aqueles julgados fora do padrão, enquanto, cada dia mais, os grupos defensores da diversidade lutam para promover um ambiente com livre manifestação do pensamento, quando com respeito, e diversidade de ideias no espaço escolar (MARTINS, 2017).

A escola é o segundo ambiente, depois do espaço familiar, no qual as crianças se estabelecem na sociedade, assim, é no espaço escolar que as crianças recebem, não só o conteúdo do currículo, mas também o comportamento e os padrões sociais. A reprodução dos padrões heteronormativos, religiosos, raciais e de classe social nas escolas produzirão, possivelmente, fragilidades e desigualdades. Com essa ideia, está sendo percebido a importância de analisar cuidadosamente os discursos reproduzidos na escola e como esta deve reagir (MARTINS, 2017).

Importante continuar desmistificando a transexualidade, mostrando que não é uma doença, que a sociedade impõe padrões e rejeita aquilo que sai disso. Os dados sobre saúde mental da população trans deveriam ser de preocupação da sociedade e Estado, que deveriam agir para mudar isso.

É necessário fazer campanhas de saúde e informação para a população trans, assim como passar a educação de gênero para toda a população em geral. Promover informação inclusive para os familiares das crianças e jovens trans, que muitas vezes reproduzem preconceito e violência por ignorância, prejudicando muito a saúde psicológica dos envolvidos. Para isso, sites e órgãos que tratem do assunto devem ser divulgados, como já consta no site da secretaria de educação do Estado do Paraná, e as escolas precisam começar a discutir o assunto.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso é possível concluir que ainda há muitos empecilhos para alcançar uma educação inclusiva e diversa, que tenha exigência de respeito ao próximo. Construções culturais e comportamentais estabelecidas são historicamente fatores de mudanças lentas, que exigem movimento grupal para acontecerem. Nesse sentido, mudanças sociais, como inclusão, ocorrem mais facilmente se impulsionadas por ações grupais e institucionais.

É preciso exigir que o Estado se encarregue da responsabilidade de assegurar um país justo e de respeito à diversidade. É de extrema importância que o Estado cuide da saúde mental e física da população, incluindo a população trans que, até o atual momento, está negligenciada. Também é necessário que as pessoas voltem seus olhares e cuidados para as crianças e jovens trans que estão visivelmente sofrendo. Que os pesquisadores e acadêmicos direcionem suas pesquisas para achar formas inovadoras de impulsionar a educação de gênero e diversidade sexual. Assim, com a ajuda e participação de instituições, pessoas e o Estado a discussão e inclusão de sexualidade e gênero na escola, com respeito e igualdade, será possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi feito através de pesquisas que, muitas vezes, tinham a sessão de comentários aberta ao público, mostrando o quanto a nossa sociedade tem que evoluir e aprender. Os comentários em diversas reportagens e artigos são chocantes com a agressividade e falta de conhecimento

presente. Me pergunto o que leva essas pessoas a disseminarem o ódio em páginas na internet contra crianças, jovens e adultos.

Ao mesmo tempo em que encontrei preconceito, li e falei com muitas pessoas abertas a aprender e acolher esse público em vulnerabilidade. Acredito que o tema da transgeneridade irá, em breve, aparecer com grande impacto nas pautas de lutas sociais e cada vez mais as crianças e adolescentes transgêneros ganharão espaço na nossa sociedade. Espero que esse Trabalho de Conclusão de Curso possa se abrir para outras e futuras pesquisas como possibilidade de qualificar o debate, visibilizar a necessidade de cuidado ético político de crianças e adolescentes transgêneros, e transformar a sociedade, assim é meu desejo, na direção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D.B; CRUZ, I.S; DANTAS, M. *Gênero e Sexualidade na Escola*. Salvador, 2018.

BARATOJO, M. MARIANA. Anotações feitas sobre o VII Curso de Atualização em Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual, versão online.

BORGES, R; COSTA, M; MENEZES, B. Pelo 12ºano consecutivo, Brasil é o país que mais assassina transexuais. **Metrópoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-assassina-transexuais>> Data de acesso: abril de 2021

BRAGA, D. D. S. A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola. **Periferia**, Duque de Caxias/RJ, v. 4, n. 1, p. 5-24, jun./2012.

BRASIL. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. **Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da Secretaria do Estado da Educação do Paraná**. Curitiba, 2010

BRASIL. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. **Dia a Dia Educação – Gênero e Diversidade Sexual**. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>> Acesso em: março 2020

BRASIL. Ministério Público do Paraná. **ESTATÍSTICAS - Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora.** Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>> Acesso em: abril 2020

CAVALCANTI, C. S.; BICALHO, P. P. G. D; SPOSITO, S. E. O Lugar da Psicologia Frente às Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 1, mai./2020.

CHAGAS, I; SOUZA I. Escola sem Partido: entenda a polêmica. **Politize**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>> Data de acesso: Março de 2021

COHEN-KETTENIS, P. Disforia de gênero: Pais e médicos nem sempre estão preparados para lidar com transexualidade. [Entrevista concedida a] Concília Ortona. **Ser Médico**, São Paulo, v. 1, n. 77, p. 4, dez./2016.

DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 122-137, ago./2016.

FRANCO, N; GONÇALVES, M.V.G.S. Olhares e abordagens sobre crianças trans. **Journal Healthy NPEPS**, v. 4, n.2, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3870>> Data de acesso: junho de 2020.

GAGLIOTTI, D. A. M. O que é Disforia de Gênero?. In: Alexandre Saadeh. (Org.). **Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade)**. 1ed. São Paulo: Hogrefe, 2019, v. 1, p. 13-22.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damores-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> Acesso em: abril, 2020

GOVERNO DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL. **Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 4 jun. 2020.

HENRIQUES, R. da S. P.; LEITE, A. F. dos S. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.3, 2019.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2020.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012. 24p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 15 maio 2020.

JUSBRASIL. **ECA - Artigo 17 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.** Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618111/artigo-17-da-lei-n-8069-de-19-de-julho-de-1990>. Acesso em: 14 nov. 2020

JUSTOS, G. Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais do mundo. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo>>. Data de acesso: abril de 2021

KENNEDY, N. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Cronos**, Natal/RN, v.2, n.2, p.21-60, 2010. Tradução de Valéria Amado. Revisão de conteúdo por Jaqueline Gomes de Jesus (UnB – DF).

MARTINS, C.F. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. *Id on Line Rev. Psic.* V.10, N. 33. Supl. 2. Janeiro 2017 - ISSN 1981-1179.

MONTEIRO, F.S.T.C. et al. Transexualidade infantil na Psicologia: uma revisão bibliográfica. **Revista Mangaio Acadêmico**, João Pessoa, v.2, n.3, p.61-68, 2017.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2013. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/transg%C3%AAnero/>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

OPERA MUNDI. **'Disforia de gênero' no DSM-5: o canto da sereia da cientificidade.** Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/46930/disforia-de-genero-no-dsm-5-o-canto-da-sereia-da-cientificidade>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SAADEH, A. **Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade): Guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde.** 2. ed. São Paulo: Hogrefe, 2019. p. 9-142.

SIGNIFICADOS. **Significado de Transgênero.** 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/transgenero/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SILVA, B.N.G. **Uma criança como outra qualquer?** A criança transexual em diálogo com a Teoria Queer. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Subjetividade) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2019.

SILVA, B. D. B; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto/SP, v.15, n.2, p. 27-44, dez./2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Guia Prático de Atualização** – Disforia de gênero, São Paulo, v. 4, n. 1, p.01-18, jul./2017.

WILLIAMS, C. Transgender. **Transgender Studies Quarterly**, v.1, n.1-2, p.232-234, may. 2014.